

Orçamento do DSEI-Y foi estrangulado na gestão Bolsonaro

Agosto/2023

Análise da execução orçamentária no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami aponta que o governo de Jair Bolsonaro fez o menor aporte anual de recursos desde 2013.



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

FICHA TÉCNICA

Agosto/2023

DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

SUPERVISÃO

Marina Iemini Atoji

ANÁLISE DE DADOS E REDAÇÃO

Cristiano Pavini

Raul Durlo

Talita Lôbo

FINANCIAMENTO



FORD
FOUNDATION

1. Introdução	4
2. Estrangulamento orçamentário	7
3. Dinheiro nas alturas	12
3.1 Piquiatuba	15
3.2 Voare	17
3.3 Icaraí	19
3.4 Reestruturação	20
4. Terceirização sem transparência	20
5. Atendimento à saúde: convênio com indícios de irregularidades	22
6. Cenário em 2023	24
7. Recomendações	26
Apêndice: inconsistências nos dados dificultam controle social	28

1. Introdução

Esta análise sobre dados de execução orçamentária do governo federal evidencia o **estrangulamento da aplicação de recursos no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) de 2019 a 2022**, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). No primeiro ano do período, apenas 79% dos recursos reservados para o órgão se converteram de fato em bens e serviços. **Foi a menor taxa de empenhos liquidados e o menor montante de liquidações, em valores absolutos, desde 2013.**

A análise envolveu a checagem de dados por meio de quatro fontes distintas: Portal da Transparência do governo federal, Siga Brasil (Senado Federal), Tesouro Nacional e o próprio Ministério da Saúde, via Lei de Acesso à Informação (LAI). O trabalho é parte do projeto [Achados e Pedidos](#), realizado em parceria pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e pela Transparência Brasil. A iniciativa é financiada pela Fundação Ford.

Como Unidades Gestoras (UG) do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), cada um dos 34 DSEIs tem dotação orçamentária própria e relativa autonomia para a descentralização do atendimento. O Yanomami é o que recebe mais recursos do Ministério da Saúde, por conta de suas características. Ele é estruturado em 37 polos base, que abrangem uma população estimada em 28 mil indígenas, distribuídos em 371 aldeias nos estados de Roraima e Amazonas. Em 98% desses locais, o acesso se dá apenas por via aérea - helicópteros e aviões¹.

Não à toa, os contratos de transporte aéreo compõem parte significativa das despesas do DSEI-Y, e são justamente uma das maiores fontes de violações aos princípios da administração pública. Entre 2019 e 2022, esses contratos consumiram **R\$ 118,4 milhões** (62% do total liquidado pelo DSEI-Y no período) com valores voláteis ao mercado, em volume inferior ao necessário, denúncias de direcionamento, contratações emergenciais, fiscalização falha e ligação de empresários com garimpo ilegal apontados pela Controladoria-Geral da União (CGU)² e pelo Ministério Público Federal (MPF)³.

¹ Dados da Auditoria nº 19209 do SNA (Sistema Nacional de Auditoria do SUS)

² [Relatório de Avaliação - CGU - DSEI-Y \(2019\)](#)

³ Inquérito MPF-RR nº 1.32.000.000634/2019-11. [Diário eletrônico do MPF](#), 20/09/2022. Página 51.

Quando Bolsonaro assumiu, o sinal de alerta já estava aceso no DSEI-Y. Em 2018, cerca de 2,5 mil crianças com menos de cinco anos apresentavam peso baixo ou muito baixo e outras mil sequer eram monitoradas. A malária se alastrava: 10 mil indígenas diagnosticados, alta de 26% em relação ao ano anterior. Ao menos 119 bebês morreram antes de completar o primeiro ano⁴.

Estudo conduzido pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância)⁵ após pesquisa em campo de três meses no DSEI-Y, iniciada em dezembro de 2018, constatou que “a situação nutricional das crianças Yanomami é a mais delicada já reportada em toda a literatura científica nacional e uma das maiores em escala mundial”.

Ainda assim, **o volume de recursos federais aportados no DSEI-Y em 2019 foi o menor desde 2013**. Isso sem considerar sequer as correções inflacionárias. **Considerando a correção inflacionária pelo IPCA, houve um corte de 36% nas liquidações em relação ao ano anterior e de 48% se comparado a 2016**. Em 2019, os casos de malária dobraram. Os dados oficiais apontam, incluindo todas as causas, a morte de 190 crianças e jovens com menos de 20 anos - 14% superior a 2018.

O estrangulamento orçamentário se manteve em 2020. A malária explodiu: 22 mil infectados (equivalente a 79% da população), entre eles 2,3 mil bebês com menos de dois anos. Sem políticas públicas eficazes, a Covid-19 e a desnutrição avançaram sobre as terras indígenas. Morreram 162 crianças com menos de 5 anos por causas evitáveis, ou seja: que poderiam ter sido salvas caso houvesse atendimento em Saúde adequado⁶. A Taxa de Mortalidade Infantil no DSEI Yanomami era a pior de todos os DSEIs, e superior à da África Subsaariana⁷.

Pressionado por parte da sociedade civil, imprensa e Ministério Público Federal – que emitiu recomendações públicas, instaurou inquéritos e solicitou uma intervenção no DSEI-Y – o governo federal mudou a postura em 2021 e 2022 e

⁴ Dados do Sivep-malária/SVSA/MS, em resposta a [pedido de acesso à informação](#)

⁵ Pesquisa sobre os determinantes sociais da desnutrição de crianças indígenas de até 5 anos de idade em oito aldeias inseridas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami

⁶ Dados extraídos do [Relatório Missão Yanomami](#), conceito de mortes evitáveis a partir de [Nota Técnica](#) do DataSUS

⁷ Recomendação Nº 1/2021/MPF/AM e RR

injetou mais recursos no Distrito Sanitário. **Porém, sempre abaixo dos patamares verificados entre 2013 e 2018.**

Além disso, o atendimento de saúde aos indígenas nas unidades do DSEI-Y é promovido desde 2019 por uma organização que, segundo auditorias do próprio Ministério da Saúde, não comprovou capacidade técnica e prestou serviços inadequados. A ONG Missão Evangélica Caiuá recebeu **R\$ 155,98 milhões** do Fundo Nacional de Saúde entre 2019 e 2022 para atendimento à saúde no DSEI-Y.

Aliada a ações permissivas à degradação ambiental, garimpo ilegal e gestores do DSEI-Y indicados por critérios políticos e não técnicos (conforme a Transparência Brasil expôs em [relatório](#)), a redução orçamentária da saúde indígena yanomami desembocou na tragédia humanitária que se tornou mundialmente conhecida no começo de 2023.

Foram amplamente divulgadas imagens de uma população desnutrida, contaminada por mercúrio, vítima constante de pneumonias, diarreias e malária, sem atendimento médico preventivo e emergencial a contento. Os dados oficiais são precários, incongruentes, subnotificados e parciais, mas ao menos 692 crianças yanomami com até 9 anos morreram de 2019 a 2022⁸.

Em janeiro de 2023, o grupo de trabalho emergencial criado pelo governo Lula constatou um cenário de terra arrasada nas unidades de atendimento do DSEI-Y. Escassez de suprimentos, funcionários cozinhando no fogão à lenha por falta de botijões de gás, armazenamento e controle precário de medicamentos - muitos deles distribuídos às vésperas do vencimento, esgoto sanitário a céu aberto, materiais de limpeza e de higiene custeados pelos profissionais, macas enferrujadas e sem colchão.

Os principais destaques da análise junto aos dados de execução orçamentária do DSEI-Y estão a seguir.

⁸ Dados do SIASI/SESAI/MS, extraídos em abril de 2023, fornecidos em resposta a este [pedido de acesso à informação](#).

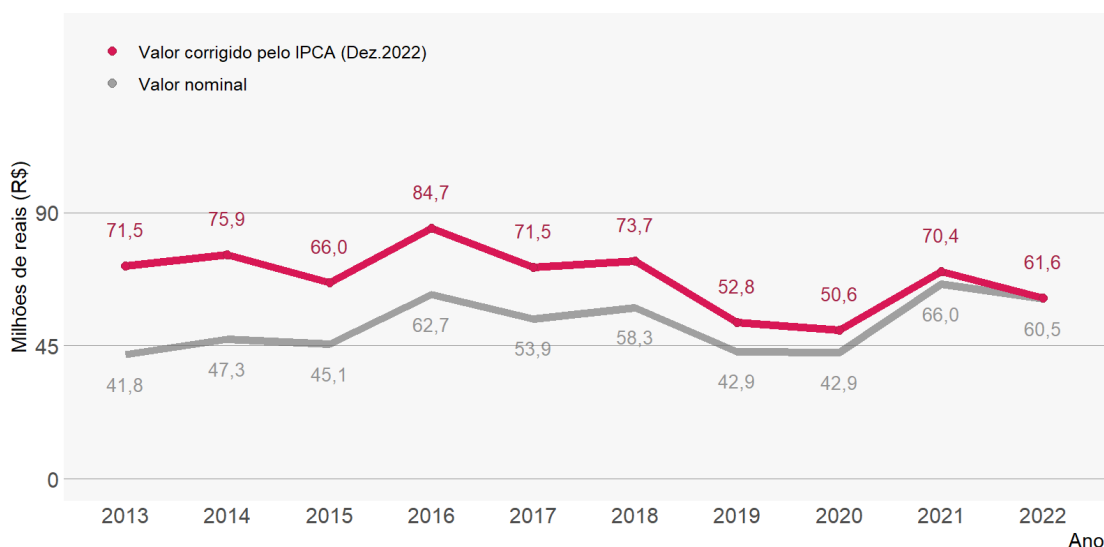
2. Estrangulamento orçamentário

A análise dos empenhos e liquidações⁹ no período de 2013 a 2022 revela que a **gestão Bolsonaro promoveu um estrangulamento orçamentário** do DSEI-Y, principalmente nos anos iniciais. Os empenhos indicam o montante de recursos públicos reservados para contratações e compras, e as liquidações mostram o quanto desse recurso foi efetivamente convertido em serviços ou produtos, ou seja, o quanto do orçamento foi executado.

Os gráficos a seguir apresentam os valores de empenhos e liquidações consolidados por ano em valores nominais e corrigidos pelo IPCA até dezembro de 2022¹⁰.

Empenhos para DSEI Yanomami | 2013-2022

Valor agregado por ano



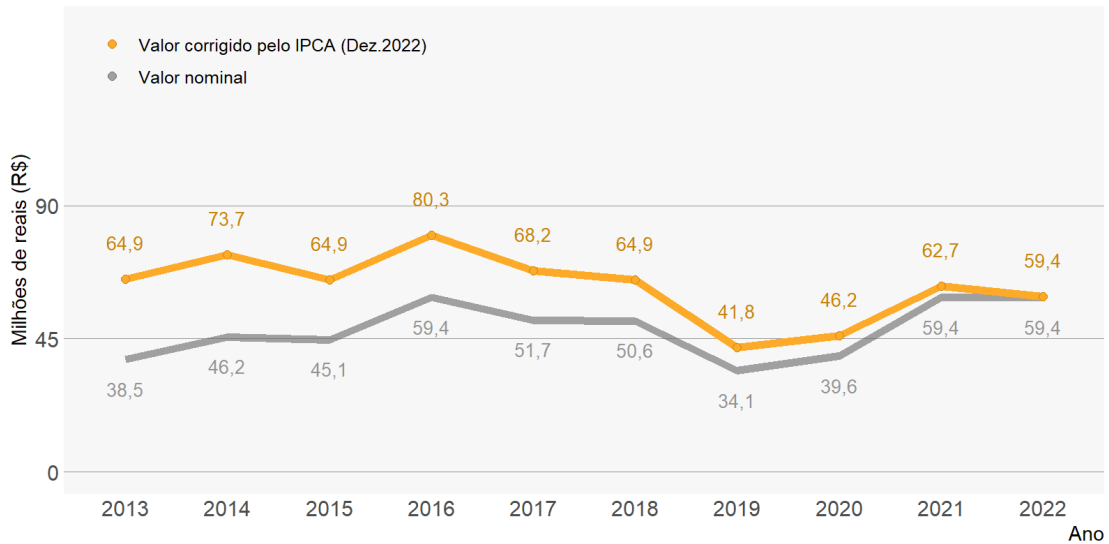
Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

⁹ Considerando apenas a Unidade Gestora 257052 (DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA – YANOMAMI)

¹⁰ Os valores de um ano são corrigidos pelo IPCA considerando a inflação de janeiro do ano seguinte até dezembro de 2022. Em razão dessa metodologia, os empenhos e liquidações consolidados de 2022 não tiveram correção inflacionária.

Liquidações para DSEI Yanomami | 2013-2022

Valor agregado por ano

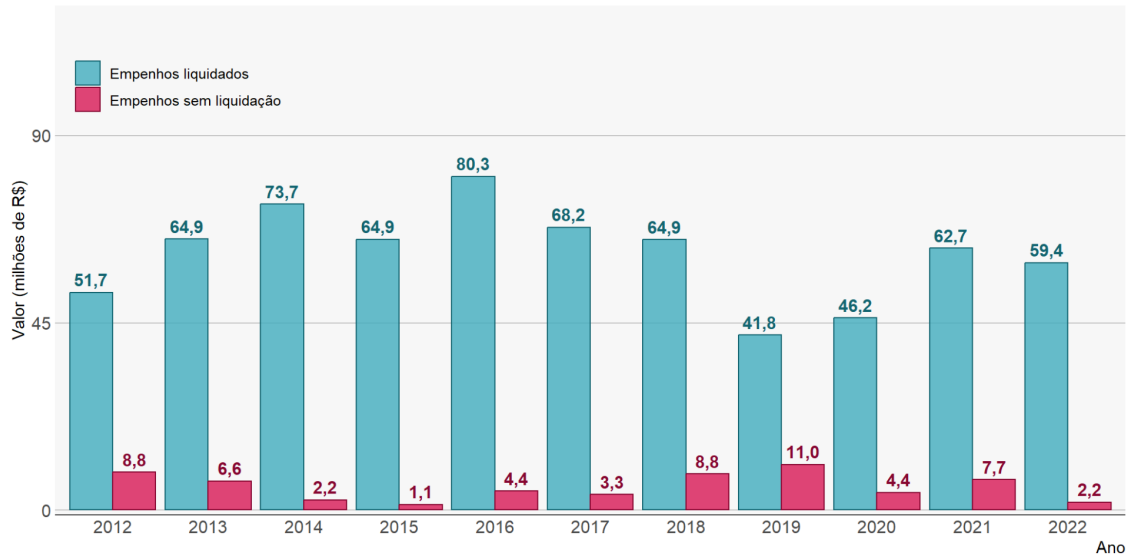


Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

Em **2019, a taxa de liquidação de empenhos foi de apenas 79%, a mais baixa desde 2013**. No primeiro ano de governo Bolsonaro, cerca de R\$ 8,9 milhões (R\$ 10,8 mi corrigidos pela inflação até 2022) tiveram o empenho emitido, mas não foram liquidados, ou seja: houve reserva de recursos, mas não ocorrem contratações ou entrega dos produtos ou serviços correspondentes eventualmente contratados. Desse montante não liquidado em 2019, 70% se referem a serviços de transporte aéreo. São vários os motivos possíveis para uma taxa de execução baixa na administração pública, sendo as principais: contingenciamento financeiro, falhas de planejamento e problemas com fornecedores.

Execução Orçamentária no DSEI-Y

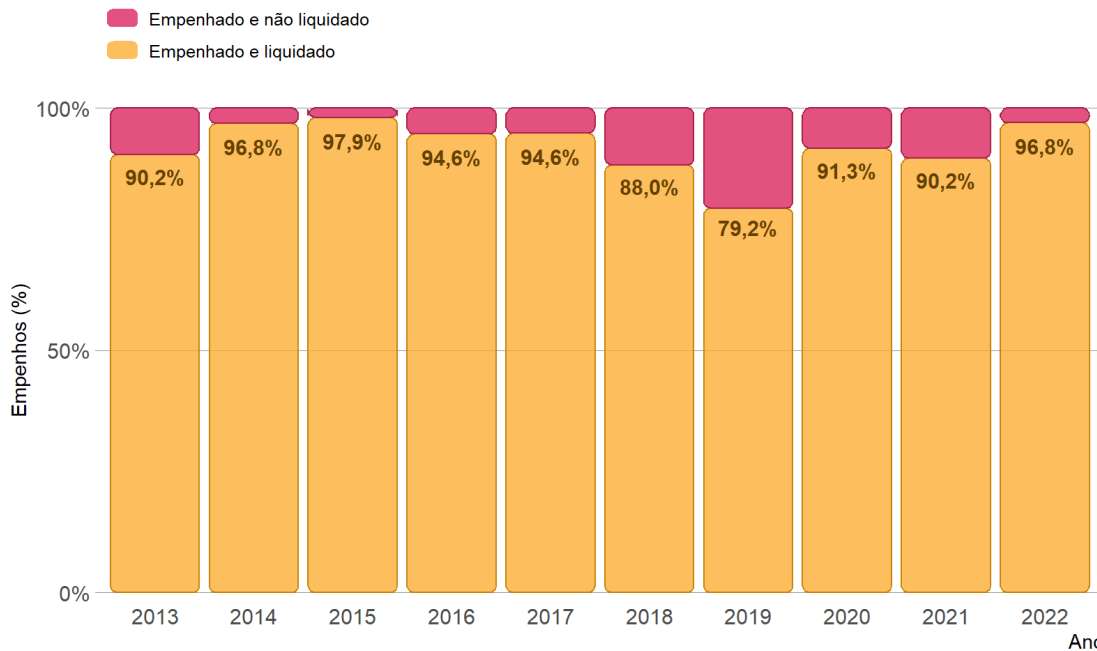
Empenhos liquidados e não liquidados, por ano. Corrigidos pelo IPCA (Dez.2022)



Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

Taxa de Execução Orçamentária no DSEI-Y

Percentual de empenhos liquidados por ano

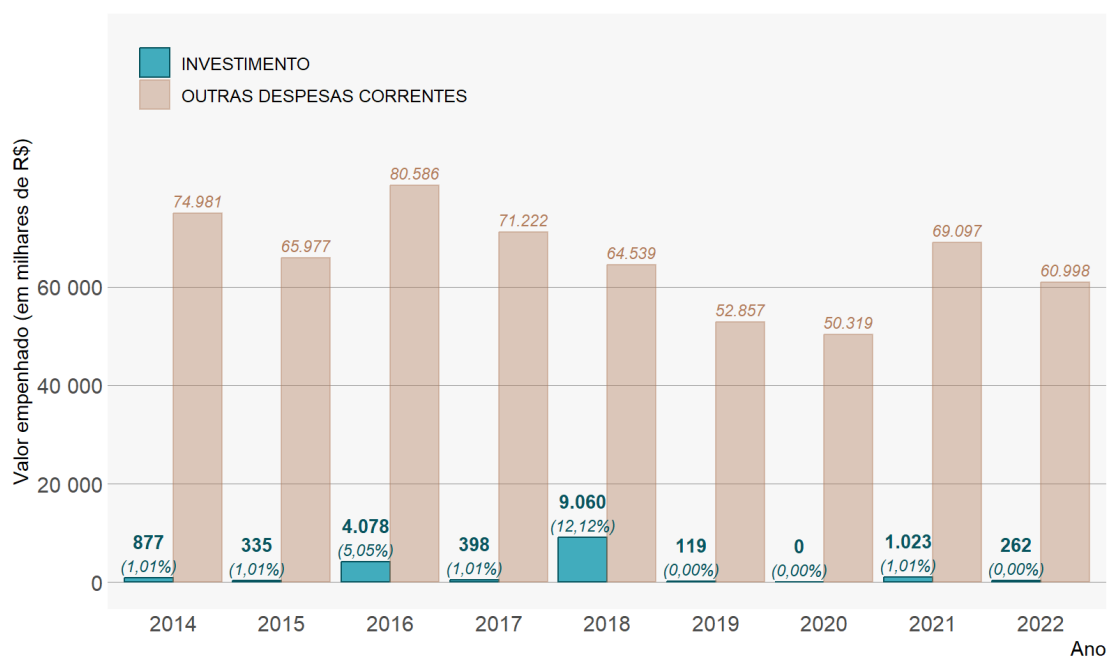


Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

No comparativo com anos anteriores, fica evidente que o governo Bolsonaro sucateou o DSEI-Y. Em 2018, foram empenhados R\$ 7,1 milhões na categoria investimento em valores correntes (R\$ 9,1 com correção inflacionária)¹¹. Em 2019, apenas R\$ 96,3 mil (R\$ 119 mil corrigidos). No ano seguinte, nada foi lançado nessa classificação. Os investimentos, em geral, significam aquisições de equipamentos de longa duração e obras, ou seja, melhorias estruturais. As despesas correntes, por sua vez, representam os gastos considerados essenciais para, no mínimo, a manutenção das atividades de um órgão público.

Categoria de despesa: Investimento

Valores de empenhos direcionados para investimento e para outras despesas correntes. Em milhares de reais, corrigidos pelo IPCA (Dez.2022)



Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

No final do governo Michel Temer (MDB), por exemplo, o DSEI-Y adquiriu 50 refrigeradores para armazenamento de vacinas e medicamentos, com funcionamento por painéis fotovoltaicos ou a diesel, ao custo de

¹¹ Considerando a classificação de Grupo de Despesa.

R\$ 5,8 milhões em valores correntes.¹² No mesmo ano, também foram gastos R\$ 280 mil com geradores, R\$ 62 mil em 40 freezers domésticos, e R\$ 45 mil com 5 botes de alumínio para levar pessoas e cargas pelos rios, entre outros¹³.

Em 2016 foram R\$ 2,96 milhões em investimentos (R\$ 4,1 milhões ao considerarmos a inflação), inclusive para renovação de motores das embarcações e equipamentos laboratoriais (como quatro aparelhos para realização de hemogramas, ao custo de R\$ 32 mil cada¹⁴).

Já o governo Bolsonaro, na somatória de quatro anos, empenhou apenas R\$ 1,3 milhão em investimentos no DSEI-Y (R\$ 1,4 milhão com correção inflacionária), sendo 96% na metade final de seu mandato. O maior empenho individual foi para a aquisição de 30 botes de alumínio no padrão “embarcação patrulha”, com capacidade para transportar de 8 a 12 homens armados, e com “padronização de pintura do Exército brasileiro”, ao custo de R\$ 367 mil¹⁵.

O nível de investimentos foi inversamente proporcional às necessidades. A missão realizada pelo governo federal em janeiro de 2023 verificou que o Polo Base Surucu dispunha de 60 redes para pacientes e acompanhantes em um espaço sem proteção para frio e chuva, obrigando os indígenas a acenderem fogueiras para se aquecerem. Por conta disso, crianças se queimavam. No local sequer havia suporte para administração de soro: as bolsas eram pregadas nas paredes com pregos.

A Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) de Boa Vista, local de suporte para pacientes e familiares que precisaram ser removidos para atendimento de maior complexidade na capital do estado, estava com mais de 700 pessoas, sendo que sua capacidade era para 200. Por problemas de logística, os indígenas ficavam meses no local esperando vaga de transporte aéreo para o retorno. O grupo emergencial listou problemas de infraestrutura e limpeza, com “fezes para todo o lado” e “esgoto a céu aberto”¹⁶.

¹² Documento de [liquidação 2018NS001538](#) referente ao contrato [18/2018](#)

¹³ [Nota de Empenho 257052000012018NE800490](#)

¹⁴ Conforme [Nota de Empenho 2016NE800520](#)

¹⁵ Conforme [Nota de Empenho 257052000012021NE000269](#)

¹⁶ Conforme relato do [Relatório Missão Yanomami](#)

3. Dinheiro nas alturas

Entre 2019 e 2022, o DSEI-Y liquidou **R\$ 118,4 milhões** com serviços de táxi aéreo, sem considerar a correção inflacionária, ou seja: 62% de todas as liquidações do órgão nesse período. Ao menos um terço (R\$ 39,7 milhões) desse montante ocorreu mediante contratos por **dispensa de licitação**, realizados em caráter emergencial. O uso recorrente dessa modalidade de contratação – não só mais ineficiente economicamente, como também mais vulnerável à malversação dos recursos públicos – indica, no mínimo, falhas de planejamento do DSEI-Y, já que a necessidade desse tipo de serviço no território é pública e notória. O valor pago sem licitação prévia, entretanto, pode ser ainda maior, como será exposto a seguir.

Do total liquidado com serviços aéreos, R\$ 32,1 milhões (27%) foram lançados com a rubrica **“indenizações e restituições”**. Os documentos de execução orçamentária¹⁷ disponíveis no Portal de Transparência do governo federal não trazem informações sobre o que motivou cada pagamento às empresas em caráter indenizatório. A íntegra dos processos mencionados nos documentos, que poderia indicar as razões, não está aberta à consulta pública por meio do SEI do Ministério da Saúde¹⁸. Relatórios de auditoria da CGU verificaram repasses sem cobertura contratual, justificados como de caráter emergencial, que depois foram quitados a título de indenização. **A prática reforça a fragilidade de mecanismos de planejamento e controle interno no DSEI-Y.**

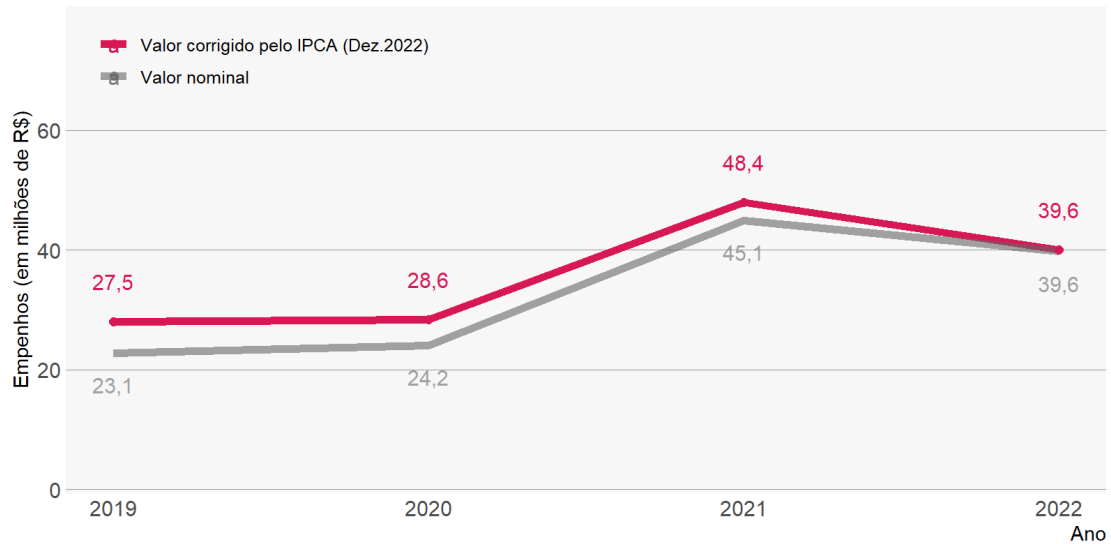
Além disso, a maioria dos empenhos a título indenizatório traz apenas a informação “Não se aplica” no campo destinado à modalidade de licitação, não permitindo rastrear se o contrato originário ocorreu mediante dispensa, por exemplo. Foram liquidados R\$ 29,5 milhões para empresas de táxi aéreo, entre 2019 e 2022, sem a identificação da modalidade do certame dos documentos de empenhos e liquidações disponíveis em transparência ativa.

¹⁷ Como a [Nota de Empenho 2019NE800303](#) e o [Documento de Liquidação 2021NS000585](#)

¹⁸ [NUP 25064.000709/2019-18](#)

Gastos com taxi aéreo | DSEI-Yanomami

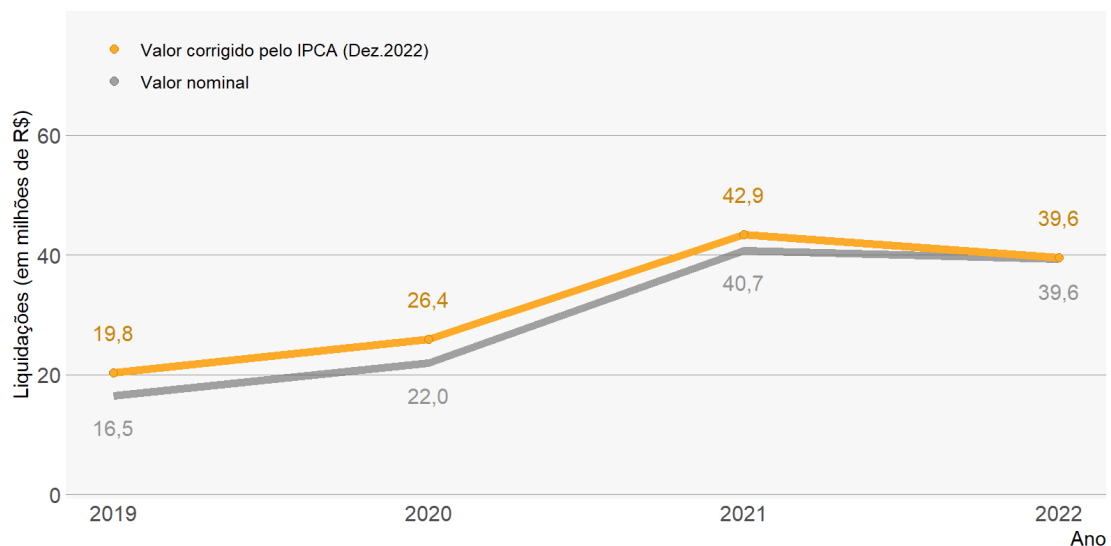
Valor empenhado para empresas de transporte aéreo, por ano



Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

Gastos com taxi aéreo | DSEI-Yanomami

Valor liquidado para empresas de transporte aéreo, por ano



Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

O transporte aéreo é essencial para que as equipes de atendimento cheguem às aldeias, já que em 98% delas o acesso se dá apenas por meio de aviões e helicópteros. O serviço também é imprescindível para a remoção de pacientes para hospitais de referência, principalmente em Boa Vista (RR).

Apesar da importância, o sistema é precário: faltam até macas e pranchas adequadas. O relatório realizado no início de 2023 constatou que três crianças morreram, em um intervalo de quatro dias no final de 2022, em razão da “falha do serviço de transporte aeromédico e impossibilidade de locomoção”.

Naquele ano, foram realizados 1.819 resgates - uma média de cinco ao dia. Os principais motivos que resultam em remoções são, nesta ordem: desnutrição grave, diarreias, desidratação severa, Síndrome Respiratória Aguda Grave e malária¹⁹. Ou seja: **com políticas públicas de prevenção e acompanhamento frágeis, gasta-se mais dinheiro com serviços de transporte aéreo.**

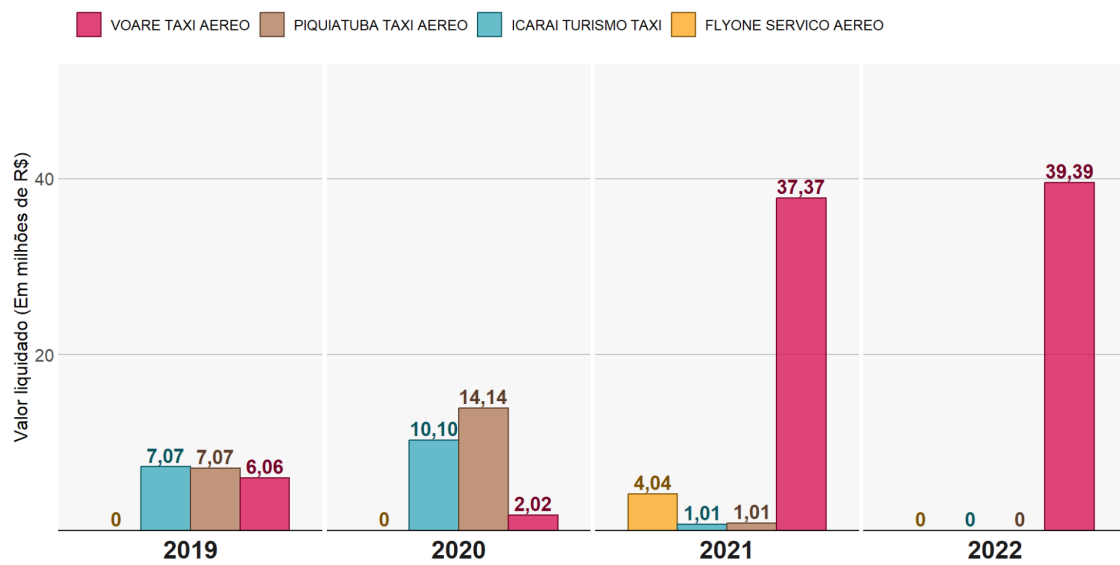
O Relatório Missão Yanomami aponta justamente que “o DSEI deveria ofertar atenção primária e rotinas de vigilância, mas o que se observou em campo e na logística é uma rotina baseada em remoções (entre comunidade para polo base e do polo base para Boa Vista)”.

Exemplos dessa falha estrutural de planejamento, aliada a suspeitas de irregularidades e decisões no mínimo equivocadas dos gestores públicos, são demonstradas a seguir, na análise das três principais empresas contratadas: Voare Táxi Aéreo, Piquiatuba Táxi Aéreo e Icaraí Turismo Taxi.

¹⁹ [Relatório Missão Yanomami \(2023\)](#)

Gastos com taxi aereo, por empresa fornecedora

Valores liquidados (corrigidos pelo IPCA Dez.2022)



Ano

Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

3.1 Piquiatuba

Apenas em 21 de dezembro de 2018, a apenas 18 dias de expirar um contrato para prestação de serviços aéreos vigente desde 2013, o DSEI-Y realizou a cotação de preços com possíveis fornecedores. Foi nesse cenário que o governo de Jair Bolsonaro assumiu. Apesar da urgência – originada de falhas da gestão anterior –, o processo ainda tramitou por mais sete meses.

Em 15 de julho de 2019, todo o procedimento foi cancelado pelo major do Exército Francisco Dias Nascimento Filho, que acabara de ser nomeado coordenador do DSEI-Y mesmo sem ter qualquer experiência em saúde indígena. A justificativa foi que as cotações iniciais de preços já haviam perdido a validade e havia “necessidade de revisão criteriosa das exigências dos termos de referência”.

Um novo certame foi realizado, **novamente na modalidade de dispensa de licitação**, e a empresa **Piquiatuba Táxi Aéreo Ltda., segunda colocada, foi contratada**. A primeira, Voare Taxi Aereo, foi inabilitada sob alegação de que

não comprovou capacidade técnica – embora fosse a empresa que estivesse prestando os serviços até então.

Relatório de auditoria da CGU verificou que o cancelamento da licitação iniciada em 2018 não era necessário. Bastaria, segundo o órgão, promover novas cotações. Além disso, apontou que a alegada “revisão criteriosa do termo de referência foi realizada em apenas cinco dias (26 a 31 de julho de 2019)”, sem “alterações relevantes”. Entre as poucas mudanças, o novo certame, promoveu exigências classificadas pela CGU como direcionamento do contrato²⁰.

A CGU verificou que a Piquiatuba “foi escolhida como prestadora do serviço antes da conclusão da elaboração do Projeto Básico”, ou seja: antes de a licitação ser efetivamente concluída. O novo edital promoveu **aglutinação de serviços** – transporte aeromédico, de cargas e de passageiros –, e apenas a Piquiatuba tinha aeronaves credenciadas para as três finalidades.

“Diante dessas constatações (...) evidencia-se que a contratação (...) foi **direcionada** para inabilitar a empresa Voare Táxi Aéreo Ltda, em favor da contratação da empresa Piquiatuba Táxi Aéreo Ltda”, concluiu a auditoria da CGU. O Ministério Público Federal instaurou inquérito para investigar os fatos, inclusive verificando indícios de participação do senador Mecias de Jesus no possível favorecimento²¹.

Conforme a Transparência Brasil abordou em relatório²² divulgado em março de 2023, Mecias (REPUBLICANOS-RR) e seu filho Jhonatan – ex-deputado federal que assumiu uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas da União – eram responsáveis pelas indicações políticas dos diretores do DSEI-Y.

A Piquiatuba, que entregou o correspondente a **R\$ 18,2 milhões em serviços** entre 2018 e 2022 do DSEI-Y, foi acusada pelo MPF de ser um braço do **garimpo ilegal** em Roraima²³. Seu fundador, Armando Amâncio da Silva, falecido em 2020 em decorrência de um câncer, possuía títulos de lavra garimpeira e requerimento de lavra para o minério de ouro no Pará. De acordo com a

²⁰ [Relatório de Avaliação - CGU - DSEI-Y \(2019\)](#)

²¹ [MPF - Diário do MPF Eletrônico - Caderno Extrajudicial DMPF-e Nº 177/2022 - 20 de setembro de 2022](#)

²² [Interferência política na saúde indígena prejudica atendimento e gera conflito de interesses](#)

²³ [Justiça bloqueia R\\$ 268 milhões de investigados por garimpo ilegal no Pará](#)

Procuradoria, o empresário usou a Piquiatuba como “aparato essencial à atividade criminosa” de comercialização ilegal de ouro²⁴.

Esse caso, na estreia do governo Bolsonaro, não seria isolado: denúncias de interferências políticas nos contratos de táxi aéreo, falhas de fiscalização, problemas com pagamentos e serviço em quantitativo inferior ao ideal foram recorrentes.

Nesse contrato com a Piquiatuba, a auditoria da CGU apontou que “a única fonte de informação sobre a rota realizada e o tempo de duração de cada trecho percorrido vem dos próprios pilotos, **fragilizando o controle sobre a execução dos serviços**”. À época o DSEI-Y havia contratado uma empresa para instalar GPS em cada aeronave, como forma de monitorar a quantidade de horas realizadas e o trajeto. Entretanto, esses relatórios não foram anexados em processos internos de pagamento da empresa. Além disso, ao menos três aeronaves foram utilizadas sem que o GPS tivesse sido sequer instalado.

3.2 Voare

Quem mais executou serviços no DSEI-Y na gestão Bolsonaro foi a Voare Táxi Aéreo: **R\$ 81,1 milhões** liquidados, sem considerar correções inflacionárias. A relação foi conflituosa: a empresa chegou a encaminhar ofício em 2019 ao gabinete do presidente da República denunciando que o senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) “pediu propina para nos manter no contrato, caso contrário seríamos substituídos”, como de fato ocorreu naquela contratação emergencial.²⁵

Com sede em Roraima, a Voare é de propriedade de Renildo Evangelista Lima. Sua esposa, Maria Helena Teixeira Lima, conhecida como Helena da Asatur, foi eleita em 2022 deputada federal pelo MDB roraimense. Em sua declaração de bens, ela informou possuir diretamente 10% da Voare e mais R\$ 1 milhão de uma das suas empresas societárias.

Entre seus contratos com o DSEI-Y, estava um firmado²⁶ em janeiro de 2013. Ele foi prorrogado até janeiro de 2019, ou seja: uma execução continuada de 72

²⁴ Processo [1006517-69.2020.4.01.3902](#), do TRF-1

²⁵ [Empresa relatou corrupção em área Yanomami a Bolsonaro em 2019 \(CNN\)](#)

²⁶ Contrato 2/2013 (SEI 1830809)

meses, no limite extremo da Lei de Licitações, que permite contratos de até 60 meses com uma prorrogação extra por mais um ano apenas em caráter excepcional. À época, o DSEI-Y alegou que **não tinha equipe técnica** especializada para formular novas contratações.

Mediante a demora do governo em encaminhar a nova contratação emergencial – aquela com suspeitas de corrupção e direcionamento para a Piquiatuba – o DSEI-Y teve que continuar utilizando os serviços da Voare de 10 de janeiro a 16 de agosto **sem qualquer cobertura contratual**, caso contrário haveria desassistência aos yanomamis. Ao todo, a Voare prestou **R\$ 12,2 milhões** em serviços após a expiração do contrato em 2019. Desse montante, o DSEI-Y pagou apenas R\$ 4,5 milhões de imediato. O restante foi alvo de diversas cobranças, inclusive extrajudiciais, e ameaças de paralisação de serviços.

Dois anos depois, a Voare ainda reclamava que uma confissão de dívida do DSEI-Y, no valor de R\$ 3,94 milhões, ainda não havia sido paga. E enviou ofício ao órgão reclamando que havia novamente prestado serviços fora da cobertura contratual em 2020²⁷. No ano seguinte, a empresa chegou a suspender²⁸ os voos para as terras yanomami alegando que o DSEI-Y estava atrasando os pagamentos, com uma dívida acumulada de R\$ 7 milhões.

Entre 2019 e 2022, o DSEI-Y emitiu **R\$ 31,8 milhões em empenhos a título de “indenização” para a Voare**, sendo que 2021 corresponde a praticamente metade do montante. O Portal da Transparência do governo federal não traz, na descrição dos itens empenhados, liquidados ou pagos, um resumo que permita identificar a quais serviços se referem, qual o período de execução e o motivo do pagamento em caráter excepcional. Não é possível saber, via transparência ativa, se há valores referentes a multas ou juros, tampouco separar o ano de execução do serviço com o de empenho a título de indenização.

3.3 Icarai

A Voare não foi a única a receber recursos sem cobertura contratual. Em 31 de dezembro de 2018, último dia da presidência de Michel Temer (MDB), o DSEI-Y

²⁷ Voare/Carta/ADM 53/2020, disponibilizada no âmbito do processo 25064000709201918, obtido pela Transparência Brasil [neste pedido de acesso à informação](#).

²⁸ [Empresa de táxi aéreo suspende voos para a Terra Yanomami por falta de pagamento do Governo Federal \(g1\)](#)

realizou um pregão para serviços de helicóptero. A empresa vencedora, **Icarai Turismo Táxi Aéreo Ltda**, tinha débitos tributários municipais em aberto, o que configura motivo de inabilitação, de acordo com a CGU²⁹. Mesmo assim ela assinou contrato em 3 de abril de 2019. Mas nos dois meses anteriores ela já havia prestado serviços ao DSEI-Y, no valor total de **R\$ 705 mil**.

A Icarai já teve, entre os seus proprietários, Rodrigo Martins de Mello, conhecido como **Rodrigo Cataratas**, empresário de Roraima que se candidatou a deputado federal pelo PL em 2022, mas não foi eleito. Ele é investigado ou acusado pelo MPF em diversos processos pelos crimes de lavagem de capital, organização criminosa, usurpação de matéria prima da União e crime ambiental, entre outros, em razão de **garimpo ilegal no território Yanomami**.³⁰ Seu filho chegou a ser preso em 2022, acusado de participar junto com o pai de atividades criminosas em terras indígenas.

De acordo com o MPF, Rodrigo Cataratas e sua organização criminosa “tanto fornecia infraestrutura para outros grupos de garimpo, **com a operação irregular de aeronaves** e o transporte ilícito de combustíveis, quanto promovia diretamente a extração em alguns pontos da TIY e agia na comercialização de minérios, escoando o produto da lavra ilegal”.³¹

O ex-sócio de Rodrigo Cataratas na Icarai Taxi Aéreo chegou a ingressar na Justiça em 2020 para retirá-lo da empresa, acusando-o de furtar aeronaves. Nos autos, Rodrigo contra-atacou, afirmando que o ex-parceiro “**estava ciente do uso das aeronaves para garimpo ilegal**”³².

Entre 2019 e 2021, foram registrados **R\$ 15,2 milhões em serviços prestados pela Icarai** ao DSEI-Y. Não houve empenhos e liquidações em 2022.

²⁹ [Relatório de Avaliação - CGU - DSEI-Y \(2020\)](#)

³⁰ IPLs 1003110-34.2020.4.01.4200 e 1005861-57.2021.4.01.4200, além das cautelares 1006767-39.2021.4.01.4200; 1003755-25.2021.4.01.4200 e 1003376-84.2021.4.01.420 no TRF-1.

³¹ [MPF pede suspensão de contratos para perfuração de poços com empresa que responde por garimpo ilegal na TI Yanomami](#) (Ascom MPF).

³² Conforme consta em decisão monocrática dos autos [0072532-53.2020.8.16.0000 TJ-PR](#)

3.4 Reestruturação

Pressionado pelo Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde iniciou em março de 2022 o “Plano Setorial de Reestruturação do DSEI-Y”³³. Foram constatadas as seguintes irregularidades e problemas relacionados ao **transporte aéreo**:

- Falta de planejamento do uso das horas de voo, o que gera aumento da demanda e torna o quantitativo contratado insuficiente;
- Falha na fiscalização dos contratos de horas de voo;
- Falta de regulação, o que implica a remoção desnecessária de pacientes, deslocamentos aéreos para pacientes inexistentes e uso desproporcional de recursos logísticos para saúde;
- Ausência de correta inspeção das aeronaves;
- Transporte de substâncias perigosas (combustível) em recipientes inadequados;
- Situação precária das pistas de pouso.

4. Terceirização sem transparência

O [Painel de Contratos dos DSEIs](#), disponibilizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), apresenta informações incompletas. Estão disponíveis apenas 18 contratos assinados pelo DSEI-Y no período de 2022 e 2023, e sem fornecimento de documentos complementares, como termos de referência, o que dificulta o controle social. Nos anos anteriores, são divulgadas apenas informações básicas, como valor, nome do fornecedor e resumo do objeto, mas sem a íntegra dos documentos.

No “Plano Setorial de Reestruturação do DSEI-Y”, produzido no último ano do governo Bolsonaro, foram listadas 33 fragilidades e 83 procedimentos necessários no Distrito. Entre elas a “falha na gestão e controle dos pagamentos das notas fiscais” e “falta de controle dos contratos administrativos e seus atos”.

³³ Íntegra obtida por meio de [pedido de acesso à informação](#).

Questionada por meio da Lei de Acesso à Informação³⁴, a SESAI enviou à Transparência Brasil cópia dos contratos assinados entre 2019 e 2022 pelo DSEI-Y. Analisando os arquivos encaminhados com os empenhos e liquidações, verificou-se que, após locomoção aérea, as empresas que mais receberam recursos do DSEI-Y na gestão Bolsonaro atuam com a terceirização de mão de obra.

A Pégaso Representações Comerciais recebeu **R\$ 11,4 milhões** para serviços de apoio na sede do DSEI-Y e na Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI). Um dos contratos se refere a mão de obra de 22 auxiliares administrativos e 19 assistentes administrativos, 5 copeiros, 8 digitadores e 3 operadores de rádio-chamada³⁵.

Em seguida vem a Extremo Norte Serviços de Limpeza, com R\$ 7,1 milhões liquidados, que realiza a limpeza das dependências da sede do DSEI-Y e do CASAI³⁶. Um dos contratos com a empresa foi assinado em 2016, por meio de dispensa de licitação, e sucessivamente prorrogado até 2022. Ela também realiza “serviços de almoxarifado”, que não são especificados nos empenhos, liquidações e pagamentos disponibilizados no Portal de Transparência³⁷, bem como fornece serviços como “Carpinteiro, Bombeiro Hidráulico e Operador de Motosserra”³⁸. Nesse contrato, por exemplo, constam genericamente sete meses de “serviços de pedreiro”, ao custo de R\$ 58,1 mil mensais.

Depois vem a AFS Serviços de Locação e Gestão de Mão de Obra, que realiza a “operação de embarcações”, com fornecimento de pilotos e motoristas para atuação em aldeias que são acessadas por rios em Roraima e Amazonas. Ela recebeu R\$ 6,3 milhões no governo Bolsonaro, que renovou contratos firmados em 2016³⁹.

³⁴ Documentos enviados [neste pedido de informação](#), disponível no Achados e Pedidos.

³⁵ Processo nº 25064.001513/2020-76, [contrato nº 10/2022](#).

³⁶ Licitação 10/2016 (dispensa), [contrato 12/2016](#).

³⁷ Conforme [Nota de Empenho 2022NE000008](#)

³⁸ Contrato 24/2022, disponível acessando o [Painel de Contratos dos DSEIs](#).

³⁹ [Licitação 012/2016](#)

5. Atendimento à saúde: convênio com indícios de irregularidades

A maior parte do atendimento nas terras yanomamis não é executada diretamente pelo DSEI-Y, e sim pela **ONG Missão Evangélica Caiuá**. Cabe a ela, através de um convênio firmado em 2018 – e renovado até dezembro de 2023 – gerenciar as equipes que atuam na saúde integral, psicossocial, bucal, acompanhamento de pré-natal e, até, qualificação dos servidores federais e dos indígenas para o exercício do controle social. A Caiuá já prestava o atendimento à saúde Yanomami desde 2013, em outro convênio cuja gestão foi semelhante à do que está em vigor: sua duração foi sendo sucessivamente prorrogada até 2018.

Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, a Missão Evangélica Caiuá recebeu **R\$ 155,98 milhões** do governo federal⁴⁰. Para efeito de comparação, no mesmo período o DSEI-Y liquidou R\$ 190,95 milhões. Os gastos com a ONG **não são computados no DSEI-Y**, pois a fonte pagadora é a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

Auditoria realizada pelo Ministério da Saúde em 2022 concluiu que **“existem falhas na celebração, no acompanhamento da execução e no monitoramento dos resultados gerados pelo Convênio”**⁴¹.

Segundo a Auditoria-Geral do SUS (AudSUS), o chamamento público “foi elaborado sem considerar as peculiaridades dos grupos/comunidades indígenas”. E pior: a ONG sequer poderia ter sido selecionada, pois “não comprovou possuir capacidade técnica e operacional necessária”.

O relatório aponta que a ONG gasta “12% do valor total aprovado para o convênio em despesas de custeio e subcontratações não vinculadas diretamente a saúde indígena”. Ou seja: a instituição utiliza parte do recurso que deveria ser revertido no atendimento ao DSEI-Y para custear suas próprias atividades.

⁴⁰ Conforme dados do Portal de Transparência do [Convênio 882481](#)

⁴¹ Auditoria obtida pelo pedido de informação 25072.013854/2023-38, disponibilizado no [Achados e Pedidos](#).

A auditoria verificou que a ONG paga serviços de água, luz, telefone, IPTU e aluguel de sua sede, serviços de contabilidade e manutenção de ar-condicionado, entre outros, com recursos do convênio não previstos para essa finalidade. E ainda contratou 41 profissionais, como advogados e auxiliares administrativos, **ao custo de R\$ 3,3 milhões**, para exercerem atividades relacionadas à capacidade já instalada da instituição (ou seja: necessária para que participasse da seleção do convênio).

“Foi possível identificar uma alta concentração de despesas com a contratação de mão de obra para planejar, gerir e prestar contas de convênios, cujas atividades são relacionadas com o papel a ser exercido diretamente pela própria entidade conveniente, como pressuposto de sua capacidade técnica e operacional”, concluiu o relatório do AudSUS, afirmando ser uma afronta ao art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Acórdão 2.606/2012 do Tribunal de Contas da União.

Segundo o Plano de Trabalho de apenas dez páginas apresentado ao Ministério da Saúde em 2019, a ONG Missão Evangélica Caiuá deveria disponibilizar **776 funcionários** para atendimento em saúde no DSEI-Y. A auditoria cruzou dados com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e verificou que 44 profissionais tinham “**carga horária inexecutável**”, com mais de 60 horas semanais e vínculo com ao menos duas unidades de saúde.

Um técnico de enfermagem, por exemplo, estava registrado em quatro estabelecimentos distintos, com carga horária semanal de 160 horas. Para dar conta do recado, ele teria que trabalhar quase 23 horas por dia.

“A constatação da existência de profissionais contratados com vários vínculos demonstra a **inviabilidade prática do cumprimento integral e regular de algumas escalas de serviço**, às quais o profissional se submete, inclusive, com grande probabilidade de não estar sendo, devidamente, prestados os serviços contratados, fato que reforça os riscos de os gestores estarem **atestando as despesas de forma irregular**”, apontou a auditoria.

Em 2023, a **ONG Missão Evangélica Caiuá** já teve outros R\$ 26,3 milhões liquidados até 14 de julho.⁴²

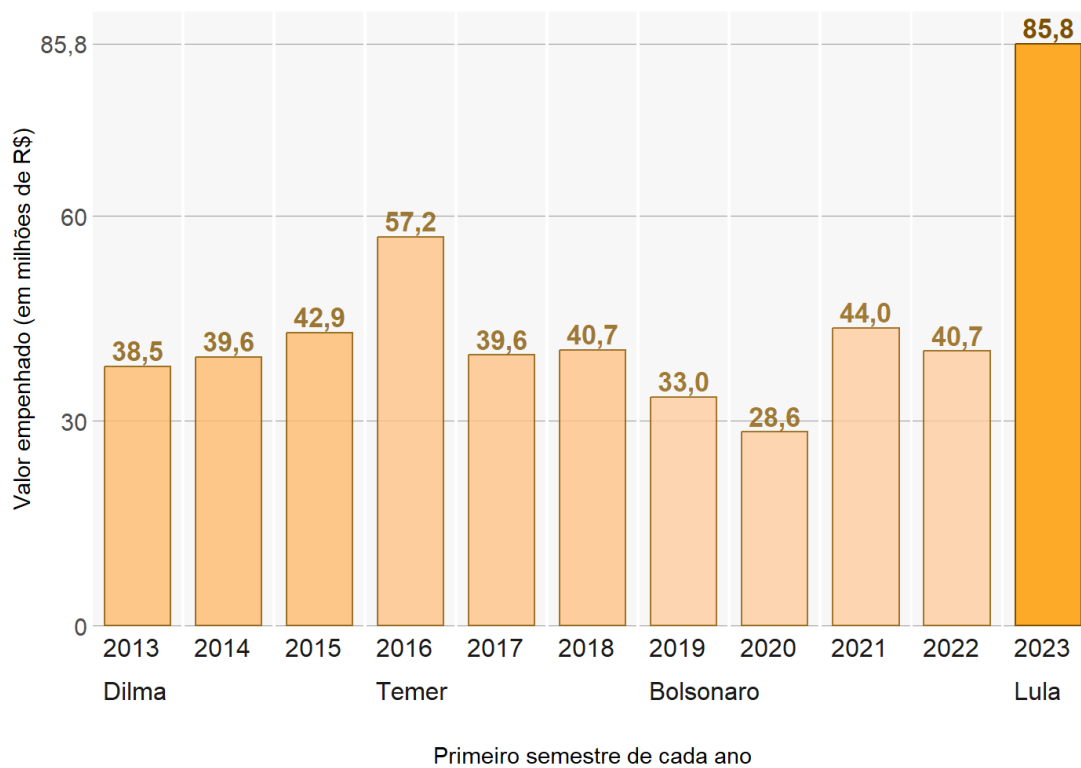
⁴² Dados disponíveis no Portal da Transparência, relativos ao [número SIAFI 882481](#)

6. Cenário em 2023

O governo federal bateu em 2023 o recorde de empenhos ao DSEI-Y, considerando a somatória de valores empenhados entre de janeiro a junho de cada ano desde 2014:

Valores empenhados | DSEI-Yanomami

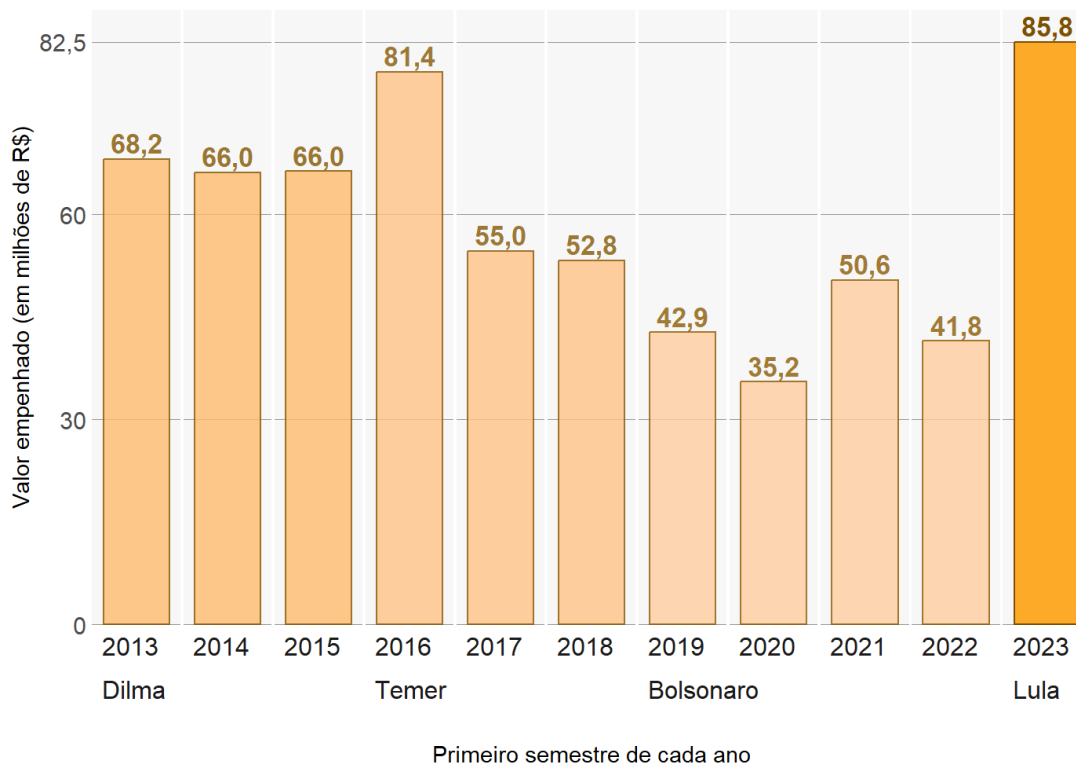
Valores relativos ao primeiro semestre de cada ano em valores nominais



Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

Valores empenhados | DSEI-Yanomami

Valores relativos ao primeiro semestre de cada ano, corrigidos pelo IPCA (Jun.2023)



Dados: Portal da Transparência (2023), Tesouro Nacional e Plataforma SIGA Brasil
Elaboração: Transparência Brasil

No primeiro semestre de 2023, o DSEI-Y teve R\$ 85,4 milhões empenhados, mais que o dobro do montante no mesmo período de 2022 e quase o triplo de 2020, já considerando as correções inflacionárias. Os dados foram obtidos em consulta no SIGA Brasil.

O empenho não significa que o serviço foi executado ou o produto, entregue (o que ocorre na fase de liquidação). Entretanto, o maior volume de recursos empenhados representa uma **maior disponibilidade orçamentária do DSEI-Y em relação aos anos anteriores.**

Considerando as informações disponíveis no Portal da Transparência até 14 de julho de 2023, haviam sido empenhados R\$ 3,2 milhões na categoria “investimentos” (146% a mais do que os quatro anos de governo Bolsonaro

somados). O maior empenho, de R\$ 2,1 milhões, é direcionado à reforma da cozinha da CASAI.⁴³ A sede da construtora contratada, fundada em 2005, fica em um bairro residencial de Manaus, a quase 800 km do local em que as obras serão feitas. A contratação foi feita mediante **dispensa de licitação**, sob alegação de serviço emergencial.

7. Recomendações

Diante do cenário de lacunas em vários níveis da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e de suas consequências a médio e longo prazo, a Transparência Brasil recomenda as seguintes providências:

- Que o Plano Setorial de Reestruturação do DSEI-Y, tanto o projeto iniciado em 2022 quanto eventuais atualizações e dados sobre sua execução, sejam disponibilizados em transparência ativa, para que os 83 procedimentos de adequações sugeridos inicialmente sejam acompanhados pela sociedade.
- Que as licitações para transporte aéreo sejam realizadas com antecedência necessária para que os prazos de execução contratual sejam rigorosamente cumpridos, e as contratações por dispensa de licitação sejam limitadas a casos excepcionais, como determina a legislação.
- Que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) se adeque à Lei Federal 12.527/11 (art. 8º, § 1º, V), disponibilizando em transparência ativa "informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados".
- Que sejam criados mecanismos para impedir redução abrupta da disponibilidade orçamentária dos DSEIs, em especial do Yanomami, como verificado em 2019 e 2020.

⁴³ Nota de empenho [257052000012023NE000201](#)

- Que o Ministério da Saúde disponibilize uma versão de acesso público ao Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), nos mesmos moldes do DataSUS, de modo que a sociedade civil possa monitorar os indicadores epidemiológicos dessa população.
- Que as auditorias produzidas pela CGU e Ministério da Saúde sejam consideradas nas renovações contratuais e aberturas de novas licitações.
- Que a CGU adote medidas para que todas as Unidades Gestoras do governo federal, mas em especial o DSEI-Y, detalhem os empenhos a título de “indenização” e/ou “restituição”, informando no “Observação do Documento” as seguintes informações, no mínimo: motivação do empenho, a qual contrato está relacionado e período de execução do serviço.
- Que gestores públicos, empresas e organizações sejam responsabilizados administrativa e judicialmente por irregularidades e eventuais fraudes na execução das despesas relativas ao DSEI Yanomami, e pela omissão frente à clara necessidade de atenção à saúde no território – caracterizada, entre outros elementos, pela baixa execução orçamentária em investimentos evidenciada neste relatório.

Apêndice: inconsistências nos dados dificultam controle social

Inicialmente, este relatório seria produzido a partir das informações disponíveis nos [“Documentos de empenho, liquidação e pagamento”](#), da seção de Dados Abertos do Portal da Transparência do governo federal. Esse conjunto de dados abrange toda a execução orçamentária da administração direta, inclusive do DSEI-Y, permitindo monitorar o comportamento das despesas. Ou seja, deveria bastar para seguir o caminho de uma contratação pública do início ao fim.

Ao manusear as informações, entretanto, a Transparência Brasil verificou falhas de integridade dos dados disponibilizados à sociedade, mais especificamente nos documentos de “Item Empenho Histórico”. Trata-se do detalhamento de cada empenho e seu comportamento ao longo do tempo: desde o momento em que foi lançado até sua execução total, ou seja, até que todo o valor reservado para certa despesa seja entregue na forma de produto ou serviço (liquidado) e o fornecedor receba o pagamento.

Nos casos em que esse histórico se iniciou em um determinado ano e se encerrou em outro, os dados estão duplicados nas bases, levando pessoas que os usam a análises incorretas do gasto público. Como, durante esse período de execução, um empenho pode ser reforçado (ou seja, aumentado), total ou parcialmente cancelado, a duplicação de registros gera um impacto significativo na precisão de análises feitas a partir deles.

O problema afeta todos os órgãos do governo federal, e não apenas o DSEI-Y, ou seja, os erros podem ser da ordem de bilhões de reais.

Um exemplo concreto é o empenho [257052000012021NE00002](#). Na planilha “20211209_Despesas_ItemEmpenhoHistorico.csv”, disponível para download na área de dados abertos do Portal da Transparência⁴⁴, vê-se o histórico desse documento ao longo do ano, da criação (inclusão) aos reforços até o dia 09/12/2021:

⁴⁴ Na página de [“Documentos de empenho, liquidação e pagamento”](#), escolhendo-se o dia 09 de dezembro de 2021 e abrindo-se o conjunto de dados baixado.

20211209_Despesas_ItemEmpenhoHistorico.csv (somente leitura) - LibreOffice Calc

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Estilos Planilha Dados Ferramentas Janela Ajuda

	B	C	D	E	F	G	H
1	Código Empenho	Sequencial	Tipo Operação	Data Operação	Quantidade Item	Valor Unitário Item	Valor Total Item
9698	257052000012021NE000021	1	INCLUSAO	15/01/2021	1	137,5	137,5
9699	257052000012021NE000021	1	REFORCO	29/01/2021	1	137,5	137,5
9700	257052000012021NE000021	1	REFORCO	02/03/2021	1	137,5	137,5
9701	257052000012021NE000021	1	REFORCO	03/05/2021	0,32385	137,5019	44,53
9702	257052000012021NE000021	1	REFORCO	01/06/2021	1,16342	137,4998	159,97
9703	257052000012021NE000021	1	REFORCO	02/07/2021	2,0608	137,5	283,36
9704	257052000012021NE000021	1	REFORCO	04/10/2021	1,99905	137,5003	274,87
9705	257052000012021NE000021	1	REFORCO	16/11/2021	0,42735	137,4985	58,76
9706	257052000012021NE000021	1	REFORCO	09/12/2021	2	137,5	275

Na planilha correspondente às operações do dia 22/09/2022 (“20220922_Despesas_ItemEmpenhoHistorico.csv”) – ou seja, de outro ano contábil –, os mesmos dados sobre o empenho são reproduzidos na planilha, quando o correto seria que ela contivesse os dados dos restos a pagar desse empenho em 2022.

20220922_Despesas_ItemEmpenhoHistorico.csv (somente leitura) - LibreOffice Calc

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Estilos Planilha Dados Ferramentas Janela Ajuda

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Id Empenho	Código Empenho	Sequencial	Tipo Operação	Data Operação	Quantidade Item	Valor Unitário Item	Valor Total Item
95	307400124	257052000012021NE000021	1	INCLUSAO	15/01/2021	1	137,5	137,5
96	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	29/01/2021	1	137,5	137,5
97	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	02/03/2021	1	137,5	137,5
98	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	03/05/2021	0,32385	137,5019	44,53
99	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	01/06/2021	1,16342	137,4998	159,97
100	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	02/07/2021	2,0608	137,5	283,36
101	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	04/10/2021	1,99905	137,5003	274,87
102	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	16/11/2021	0,42735	137,4985	58,76
103	307400124	257052000012021NE000021	1	REFORCO	09/12/2021	2	137,5	275

A falha fica evidente ao se consultar o empenho no Portal da Transparência, e verificar-se a “Observação do documento”: “baixa de saldo não utilizado no exercício, conforme despacho 0029375111”. Essa operação de baixa de saldo, no valor de R\$ 137,11, não consta na planilha de histórico de itens empenhados.



portaldatransparencia.gov.br/despesas/empenho/257052000012021NE000021?ordenaPor=fase&direcao=asc

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

A+ A- ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Portal da Transparência

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Busque por órgão, cidade, CNPJ, servidor...

Sobre o Portal | Painéis | Consultas Detalhadas | Controle social | Rede de Transparência | Receba Notificações | Aprenda mais

VOCÊ ESTÁ AQUI: INÍCIO » DESPESAS » CONSULTA » DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA » DOCUMENTO

Detalhamento do documento de Empenho

ORIGEM DOS DADOS

Nº do documento 2021NE000021	Última atualização 22/09/2022	Descrição NOTA DE EMPENHO (NE)
Fase EMPENHO	Espécie/tipo de documento NÃO SE APLICA	Valor atual do documento R\$ 137,11

Observação do documento
BAIXA DE SALDO NAO UTILIZADO NO EXERCICIO, CONFORME DESPACHO 0029375111.

Esse erro se observa em milhares de outros empenhos e foi apresentado pela Transparência Brasil ao Coordenador-Geral de Contabilidade da União no dia 12 de abril de 2023. Após o comunicado, o Tesouro Nacional e a Controladoria Geral da União se reuniram para verificar soluções para o problema, que até a data de publicação deste relatório ainda não havia sido sanado.

Por conta dessa inconsistência nos dados oficiais disponibilizados no Portal da Transparência, foi necessário complementar as informações de execução orçamentária do DSEI-Y com pedidos de acesso à informação direcionados ao Ministério da Saúde, consultas no Siga Brasil do Senado Federal e dados encaminhados pela assessoria de comunicação do Tesouro Nacional a pedido da Transparência Brasil.

O ideal, entretanto, é que não haja necessidade dessa complementação, e as fontes de dados sejam uniformes.